

1 **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA**
2 **CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FRANCA/SP – CMDCAF – 01/07/2026.** No dia
3 primeiro de julho de dois mil e vinte e seis, às 08h00, foi realizada a 7ª Reunião Ordinária
4 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca – CMDCAF,
5 na Rua Coronel Tamarindo, 2851, Estação - Sala de reuniões. Sob a condução do Vice
6 Presidente Eric, que deu início à reunião fazendo a leitura da pauta da ordem do dia
7 composta 1. Chamada de Verificação do Quórum; 2. Apresentação de Justificativa dos
8 conselheiros ausentes; 3. Aprovação da Pauta - Ordem do Dia; 4. Aprovação da Ata da
9 6ª Reunião Ordinária dia: 03-06-2026; 5. Plano de Ação; Informes: 1. Devolutiva da
10 Comissão Ética; 2. Projeto Estrelinhas - autorizado a solicitação do remanejamento de
11 R\$ 540,56 (quinhentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos) do saldo
12 remanescente da rubrica de Coordenador para custeio de INSS e IRRF; 3. Prorrogação
13 de vigência – Projetos CMDCAF/2026; 4. Finalização do Processo
14 Nº0722.0000051/2026.-MP-SIPIA; 5. Comissão de Evento; 6. Link para Inscrição para
15 participação na eleição. O Vice-Presidente Eric submeteu a pauta à apreciação do
16 colegiado, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, foi colocada em votação a
17 Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 03/06/2026, a qual também foi aprovada por
18 unanimidade. Na sequência, foi realizada a leitura do Plano de Ação, apresentando-se
19 a devolutiva de cada objetivo para verificação das ações já concluídas e daquelas que
20 ainda se encontram em andamento. Quanto à constituição e publicação da Comissão de
21 Monitoramento do Plano Decenal e à elaboração do Plano Decenal 2026-2036, foi
22 informado que a comissão já foi constituída, porém ainda não realizou sua primeira
23 reunião. Como encaminhamento, ficou definido que a comissão será convocada,
24 ressaltando-se a importância de garantir a continuidade dos trabalhos na próxima
25 gestão, evitando a descontinuidade do plano. Em relação à campanha de arrecadação
26 do Imposto de Renda, o colegiado debateu estratégias para fortalecer a iniciativa. Entre
27 as sugestões apresentadas, destacaram-se: deixar estruturado todo o material para a
28 próxima gestão; convidar um representante da Receita Federal para orientações; firmar
29 parcerias com universidades; promover mutirões para auxiliar os contribuintes na
30 declaração; estabelecer parcerias com escritórios de contabilidade; e criar um certificado
31 de reconhecimento às empresas que realizarem doações ao Fundo. Sobre o Edital de
32 Chamamento para Instrumentos Musicais, foi informado que o procedimento foi
33 realizado em 2024 e encontra-se regular. Quanto ao Edital de Transição referente aos
34 recursos provisionados para Santa Casa, APAE, Pastoral e Amarjã, informado que todas
35 as providências já foram concluídas. No que se refere ao Edital de Chancela, previsto a

36 partir de 2024, foi deliberado que sua elaboração/conclusão ficará sob responsabilidade
37 da próxima gestão. Em relação ao fluxo de atendimento entre o Conselho Tutelar e o
38 Sistema de Garantia de Direitos (SGD), foi informado que a ação foi concluída em 2025.
39 Quanto à realização de Audiência Pública para divulgação dos projetos desenvolvidos
40 em 2024, foi informado que não houve realização. Como sugestão, propôs-se a
41 realização de uma audiência pública a cada dois anos para apresentação das ações
42 desenvolvidas com recurso do Fundo Municipal dos direitos da Criança e Adolescentes.
43 Sobre a atualização da Lei do CMDCAF e do Conselho Tutelar, foi informado que a
44 comissão concluiu a elaboração da minuta, a qual se encontra em análise pela
45 Procuradoria Geral do Município, aguardando parecer. Em relação ao monitoramento
46 dos projetos financiados em 2024, foi informado que a atividade foi realizada
47 regularmente. Considerando a existência de projetos em execução, sugeriu-se que novo
48 monitoramento seja realizado no próximo semestre. Quanto à capacitação do Conselho
49 Tutelar e da Rede de Proteção, informou-se que as atividades iniciadas em 2024 foram
50 concluídas em março de 2026. Como encaminhamento, destacou-se a necessidade de
51 manter novos espaços de formação, especialmente sobre a utilização do Sistema SIPIA.
52 A Presidente Christiane informou que houve articulação com a Escola dos Conselhos
53 visando à realização de nova capacitação no segundo semestre; entretanto, foi
54 informado que não há disponibilidade de agenda. Passando aos informes da Comissão
55 de Eventos, foi informado que a comissão reuniu-se para organizar todos os materiais
56 produzidos, os quais serão disponibilizados para a próxima gestão. Informou-se ainda
57 que foi produzido, em conjunto com a Conselheira Mariana Posterare, um vídeo
58 explicativo esclarecendo os motivos da não realização da Conferência Municipal no final
59 do mês de junho. Também foi realizada consulta sobre possíveis datas e local para a
60 realização do evento, ficando como sugestão o dia 13 de novembro na Uni-facef.
61 Deliberou-se ainda que a conferência não será realizada em dois dias, conforme
62 proposta anteriormente apresentada. Na sequência, foi apresentada a devolutiva da
63 Comissão de Ética. Informou-se que a comissão vem desenvolvendo intenso trabalho e
64 que o processo de sindicância instaurado em atendimento à determinação do Ministério
65 Público foi concluído. O procedimento envolveu quatro conselheiros, sendo que um
66 deles teve o arquivamento por inexistência de infração disciplinar. Em relação aos outros
67 três, foi aplicada a penalidade de advertência. Duas notificações já foram entregues,
68 permanecendo apenas uma pendente em razão do período de férias do respectivo
69 conselheiro. Informou-se ainda que a conclusão do procedimento já foi encaminhada ao
70 Ministério Público. Em seguida, a Conselheira Geovana apresentou a devolutiva da

71 Comissão de Cadastro, destacando que os trabalhos seguem em ritmo intenso. Informou
72 que, juntamente com o Conselheiro Gabriel, realizou visita técnica e que, neste
73 momento, estão sendo analisados alguns pontos em conjunto com a Mesa Diretora para
74 elaboração do parecer final. Na sequência, foi apreciada a solicitação do Projeto
75 Estrelinhas referente ao remanejamento do valor de R\$ 540,56 (quinhentos e quarenta
76 reais e cinquenta e seis centavos), do saldo remanescente da rubrica destinada ao
77 Coordenador para custeio de INSS e IRRF. Após análise, a solicitação foi aprovada,
78 considerando que toda a documentação estava em conformidade com o setor
79 responsável. Posteriormente, foi realizada a leitura da documentação referente à
80 prorrogação da vigência dos Projetos CMDCAF/2026, sendo apresentados os
81 respectivos prazos prorrogados. Em seguida, passou-se à análise da finalização do
82 Processo nº 0722.0000051/2026-MP-SIPIA. A Presidente Christiane informou que o
83 Ministério Público instaurou inquérito em razão da utilização parcial do Sistema SIPIA,
84 envolvendo tanto o CMDCAF quanto o Conselho Tutelar. Foi estabelecido prazo de seis
85 meses para regularização da utilização do sistema. Diante disso, o CMDCAF e o
86 Conselho Tutelar elaboraram conjuntamente um Plano de Ação, encaminhando
87 devolutivas periódicas ao Ministério Público durante toda a tramitação do procedimento.
88 Informou ainda que o Promotor de Justiça realizou visitas aos Conselhos Tutelares para
89 acompanhar a evolução das ações. Na sequência, a Conselheira Andréia Aparecida
90 realizou a leitura do relatório de devolutiva encaminhado pelo Ministério Público. Após a
91 leitura, a Conselheira Andréia Souza, representante do Conselho Tutelar, sugeriu que a
92 conclusão do processo ocorra de forma parcial, considerando que ainda existem
93 pendências na utilização do Sistema SIPIA. Destacou que ainda há dificuldades para
94 emissão de estatísticas, em razão de limitações do sistema, bem como demora na
95 realização de cadastros dos municípios, ocasionando espera para efetivação dos
96 registros. Ressaltou ainda que é fundamental que a próxima gestão mantenha o
97 acompanhamento contínuo dessas ações. A Presidente Christiane complementou
98 informando que, ao longo dos últimos seis meses, houve importante aproximação entre
99 o CMDCAF, o Conselho Tutelar e os responsáveis pelo Sistema SIPIA, possibilitando
100 avanços significativos. Destacou que, embora a situação atual seja muito melhor do que
101 a encontrada no início do ano, ainda há diversas ações que necessitam ser
102 implementadas para o pleno funcionamento do sistema. Por fim, a Presidente Christiane
103 reforçou ao colegiado a importância do cumprimento dos prazos referentes às inscrições
104 para compor o novo colegiado 2026-2028, informando que o período está próximo do
105 encerramento e que a intenção é evitar a necessidade de prorrogação das inscrições.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FRANCA -
SP

CNPJ Fundo Municipal: 18.672.244/0001-86

106 Também lembrou sobre a realização do credenciamento dos eleitores por meio do
107 formulário eletrônico (Google Forms). Nada mais havendo a tratar, a Presidente
108 agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Eu, Alba Valéria de Oliveira Ruiz
109 Biondi, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada e publicada no
110 endereço eletrônico oficial: <https://www.franca.sp.gov.br/conselhos/cmdcaf>